



Demonstrações Financeiras

Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

30 de Junho de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

- **Receitas de prestação de serviços**

As receitas de prestação de serviços totalizaram em 2025 R\$ 10 milhões, com uma redução de (77)% em relação ao ano anterior.

- **Resultado do semestre/exercício e por cota**

Em 2025, o lucro totalizou R\$ 1 milhão, registrando uma redução de R\$ (7,5) milhões em relação ao ano anterior, sendo que o lucro por cota foi de R\$ 0,43 em 2025.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

À Administração.

DIRETORIA

Marcos Roberto Loução	Diretor Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Tiago Violin	Diretor de Negócios
Nelson Santos Aguiar	Diretor de Negócios
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor de Negócios
Paulo Sérgio de Carvalho	Diretor

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

**Shape the future
with confidence**

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Cotistas da

Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota Explicativa	Junho de 2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Junho de 2025
Disponibilidades		6.339	Outras obrigações		3.505
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.339	Sociais e estatutárias		179
Instrumentos financeiros			Fiscais e previdenciárias	10.1	310
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		26.901	Provisão para pagamentos a efetuar	10.2	1.454
Títulos e valores mobiliários	8	26.901	Diversas	10.3	1.562
Outros créditos	9	3.838	Provisões para impostos e contribuições diferidas		61
Rendas a receber		2.771	Provisões judiciais	10.4	1.158
Diversos		1.067			
			Patrimônio líquido		32.354
			Capital social	11 (a)	17.500
			Reservas de lucros		219
			Ajustes de avaliação patrimonial		70
			Lucros acumulados		14.565
Total do ativo		37.078	Total do passivo e patrimônio líquido		37.078

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por cota)

	Nota Explicativa	Junho de 2025
Receitas da intermediação financeira		2.045
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.045
Outras receitas/(despesas) operacionais		(186)
Receitas de prestação de serviços	12	10.368
Despesas de pessoal	13	(2.415)
Outras despesas administrativas	14	(6.337)
Despesas tributárias	15	(1.072)
Outras receitas operacionais		(119)
Outras despesas operacionais		(611)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		1.859
Imposto de renda e contribuição social	16	(263)
Ativo fiscal diferido	16	(199)
Participações nos lucros		(387)
Resultado por cota do semestre		1.010
Quantidade de cotas		2.333
Resultado do semestre por cota básico e diluído	18	0,4329

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	Junho de 2025
Resultado do semestre	1.010
Outros resultados abrangentes	(3)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre:	
Ganhos e perdas atuariais	(5)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	2
Total dos resultados abrangentes para o semestre, líquido de efeitos tributários	1.007

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		17.500	273	73	13.555	31.401
Reconhecimento pagamento em ações	11 (c)	—	134	—	—	134
Ações alienadas	11 (c)	—	(188)	—	—	(188)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	(3)	—	(3)
Resultado do semestre		—	—	—	1.010	1.010
Saldo em 30 de junho de 2025		17.500	219	70	14.565	32.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Junho de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do semestre	1.010
Redução de ativos e passivos	2.042
Variação em títulos e valores mobiliários	3.482
Variação em rendas a receber	1.603
Variação em outros créditos diversos	(330)
Variação em outras obrigações sociais e estatutárias	373
Variação em outras obrigações fiscais e previdenciárias	(3.235)
Variação em pagamentos a efetuar	292
Variação em obrigações - diversas	(143)
Caixa consumido pelas operações	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(609)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	2.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6.339

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”), constituída em 8 de abril de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 10 de setembro de 1991, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Campos Elíseos – São Paulo - SP, 7º andar Torre A, tem como objeto social a distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de fundos de investimento e gestão de ativos financeiros. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde a Instituição se enquadra.

Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028.

Em relação às mudanças trazidas pela Resolução BCB 352/23 aplicável a partir de 01 de janeiro de 2025, a Instituição observou seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e estes mantiveram sua classificação e mensuração, além de que não houve novas designações. Adicionalmente com relação aos passivos financeiros, não houveram saldos no período.

No tocante às operações de hedge, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

A Lei 14.467/22 altera as regras relacionadas à dedução das perdas incorridas no recebimento de crédito decorrente de atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, porém, a Instituição não dispõe de saldo residual de perdas incorridas, com isso, não terá impactos tributário residual às novas regras de dedução introduzidas pela lei supramencionada.

CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução BCB 352/23:

Ativos financeiros ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo em outros resultados abrangentes (“VJORA”):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo no resultado (“VJR”):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores ("categoria residual").

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 30 de junho de 2025.

A Instituição não identificou impactos relativos a adoção da Resolução quanto a classificação dos ativos e passivos financeiros.

3.2.2. TAXA DE JUROS EFETIVA

Os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com Capítulo I - art. 2, do item XVII da resolução BCB nº 352/23.

Dado que a Instituição não possui ativos ou passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado não observamos impactos sobre esse item.

3.2.3. ATIVO PROBLEMÁTICO E STOP ACCRUAL

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.

Dado que a Instituição não possui ativos classificados e mensurados com apropriação de juros ou cobrança de taxas de juros pré ou pós fixadas, não observamos impactos sobre esse aspecto para os ativos financeiros mantidos pela Instituição.

3.2.4. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Dado que a Instituição não possui ativos classificados e mensurados com accrual de juros ou cobrança de taxas de juros pré ou pós fixadas, não observamos impactos sobre esse aspecto para os ativos financeiros mantidos pela Instituição.

Em relação às cotas de fundos de investimentos, classificadas e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, essas são definidas no nível 1 da hierarquia de valor justo. Diante disso, não possuem a constituição de provisão de perda esperada associada ao risco de crédito.

3.3. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.4. RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.4.1. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados pela instituição

3.4.2. RECEITA DE JUROS

Para instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado, as variações no valor justo, incluindo os juros incorporados ao preço dos ativos, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. A mensuração desses instrumentos observa a hierarquia de valor justo sendo classificados no nível 1.

3.5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da realização dos tributos diferidos; e (iii) das provisões e contingências para processos judiciais.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dados os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (<https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/>)).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito.

Todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN 4.557/17 e suas alterações posteriores.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a “hedge” de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos (“hedge”) das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5. RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs)..

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com

os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025
Equivalentes de caixa (*)	6.001
Depósitos bancários	338
	6.339

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) mensuradas ao valor justo.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO)(*)

			Junho de 2025
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado			
LFTs	—	26.698	26.698
Cotas de fundos de investimentos	203	—	203
	203	26.698	26.901

(*) As receitas com títulos e valores mobiliários são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificadas como “Nível 1” na hierarquia de valor justo.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Junho de 2025
Rendas a receber - taxas de gestão	2.771
Depósitos judiciais	535
Impostos a Compensar	386
Valores a receber	70
Outros	76
	3.838

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

10.1. FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

	Junho de 2025
INSS	90
Pis e Cofins	69
ISS	59
Outros	92
	310

10.2. PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Junho de 2025
Partes relacionadas (i)	923
Provisões a pagar - funcionários	356
Fornecedores	174
Outros	1
	1.454

(i) Vide nota explicativa nº 17.

10.3 DIVERSAS

	Junho de 2025
Créditos a identificar	1.402
Benefícios a empregados	115
Contas a pagar	28
Recursos disponíveis de clientes	17
	1.562

10.4 PROVISÕES JUDICIAIS

10.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Junho de 2025
Processos com adesão ao REFIS (i) e COFINS (ii)	1.016
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	142
	1.158

(i) REFIS

A Instituição aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(ii) COFINS

A Instituição discute a exigibilidade da contribuição ao cofins, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, onde aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário nº 609.096.

10.4.2. POSSÍVEIS

A Instituição é parte em ações de natureza tributária R\$ 144 que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025, dividido em 2.333 cotas, no valor nominal de R\$ 7,50 cada.

(b) RESERVAS DE LUCROS

As reservas de lucros são constituídas e tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados.

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao

pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Instituição.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrado a seguir:

	Junho de 2025
Saldo inicial	120
Diferimento do semestre	134
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(188)
Saldo final	66
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	34,85

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A totalidade da receita de prestação de serviços refere-se à distribuição de fundos em 30 de junho de 2025.

13. DESPESA PESSOAL

	Junho de 2025
Salários	(1.547)
Encargos Sociais	(543)
Outros	(325)
	(2.415)

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2025
Custo corporativo (i)	(5.643)
Processamento de dados e infraestrutura	(461)
Serviços técnicos especializados	(153)
Donativos e contribuições	(49)
Localização e funcionamento	(3)
Outros	(28)
	(6.337)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto (vide nota explicativa nº 17).

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho de 2025
PIS e COFINS	(553)
ISS	(518)
Outros	(1)
	(1.072)

16. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Junho de 2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	1.472
Alíquota vigente	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(589)
Depósitos judiciais	85
Doações/ incentivos	12
Participação nos lucros - administradores	(60)
Outros	90
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	127
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(462)
Taxa efetiva (D/-A)	31,4 %

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde; e

(iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo
	Junho de 2025
Porto Cia	765
Portoseg	136
Porto Consórcio	22
	923

	Despesas
	Junho de 2025
Porto Cia	(4.820)
Portoseg	(363)
Porto Saúde	(160)
Porto Consórcio	(67)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(19)
	(5.429)

18. RESULTADO POR COTA

O resultado por cota básico da Instituição é calculado pela divisão do resultado atribuível aos cotistas pela média ponderada da quantidade de cotas emitidas durante o semestre.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2025
Resultado atribuível aos cotistas da Instituição	1.010
Número de cotas durante o semestre	2.333
Média ponderada do nº de cotas durante o semestre	0,4329

19. COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ ou aprovação destas demonstrações financeiras em conjunto com as demonstrações financeiras de 30 de junho 2025 da Portoseg S.A., líder do Conglomerado Prudencial. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as sociedades do Conglomerado Prudencial, sendo exercida a partir da Portoseg S.A.. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.
